



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA PUHL INFORMÁTICA LTDA-ME, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA. (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8520224-25.2017.8.06.0000).

CT N.º 47/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, em Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Sra. Denise Maria Norões Olsen, e a empresa **PUHL INFORMÁTICA LTDA-ME.**, com endereço na Av. Brasil, nº 535, sala 104, Centro, Palmitos/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.335.363/0001-31, neste ato representada por seu Sócio Proprietário, Sr. Cleiton Fernando Puhl, inscrito no CPF/MF n.º 043.314.849-71, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2016, realizado pela Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará – SEAD/PA, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 01/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.883/1994, n.º 9.648/1998, n.º 9.854/1999, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8520224-25.2017.8.06.0000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O Objeto deste Instrumento consiste na *aquisição de peças de reposição para computadores pertencentes ao Poder Judiciário Cearense, todas novas com garantia de troca por peças novas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, nos valores e quantitativos descritos abaixo:*

2017						
Grau	Ação	Objeto	Quant. (%)	Quantidade aproximada	Valor Unitário	Valor Total
2	18465	Filtro de linha com 06 saídas	100%	10	R\$ 22,23	R\$ 222,30
		Mouse óptico usb	100%	100	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
		HD interno, padrão SATA 500GB, 2,5"	100%	110	R\$ 205,00	R\$ 22.550,00
		Placa de vídeo, 1Gb, pci express DDR3	100%	70	R\$ 150,00	R\$ 10.500,00
		Pente de memória, 4GB, DDR3, 1600MHz	100%	90	R\$ 115,00	R\$ 10.350,00
TOTAL						R\$ 45.022,30



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. Sob demanda, tendo seu fornecimento vinculado a emissão de uma Ordem de Fornecimento, onde serão informados todas as informações referentes às peças.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

4.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 45.022,30 (quarenta e cinco mil, vinte e dois reais e trinta centavos)**, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

4.2. Caso o prazo exceda a 12(doze) meses, os preços contratuais serão reajustados utilizando a variação do índice econômico do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário preferencialmente nas agências do BANCO BRADESCO S/A, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto constante de cada uma das Ordens de Fornecimento de Bens pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante apresentação de fatura/nota fiscal, atestada pelo setor competente deste Tribunal de Justiça, e também de apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS e INSS e débitos trabalhistas;

5.2. Constada a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

5.3. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

5.6. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

5.7. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitações e qualificações exigidas na licitação;

5.8. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas conforme a nota de empenho;

5.9. O Tribunal de Justiça do Ceará reserva-se o direito de recusar o pagamento, caso o objeto não esteja em conformidade com as condições estabelecidas no Edital aderido e seus anexos;

5.10. Nas notas fiscais/faturas deverão estar discriminados os valores dos tributos devidos, quais sejam;

5.11. O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos financeiros correrão por conta do FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO - FERMOJU, tendo como Fonte os recursos diretamente arrecada-



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

dos, na seguinte dotação orçamentária:

04200021.02.126.500.18465.1500000.449030.27000.1.20

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

ID	Etapas/Fase/Item	Prazo / Condição
01	Da entrega dos produtos.	Em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.
02	Abertura de chamados.	Serão realizados no horário de 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
03	Prazo de solução dos chamados.	Até 05 (cinco) dias corridos após a abertura do chamado.
04	Período de garantia.	Período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos itens.
05	Da emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.	O objeto do Contrato será recebido provisoriamente no ato da entrega dos produtos e definitivamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório. Todas as peças devem estar de acordo com as características técnicas descritas no anexo I – Especificações Técnicas .

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Substituir o objeto, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, nos casos de sinais externos de avaria de transporte/mau funcionamento do produto ou defeito evidente, verificados na inspeção do mesmo;
- 9.2. Arcar com todas as despesas incidentes sobre o objeto contratado, tais como impostos, taxas e fretes;
- 9.3. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, civis e criminais, resultantes da execução do Contrato respectivo, no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;
- 9.4. Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da Contratante;
- 9.5. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado à Contratante, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, não cabendo à Contratante, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;
- 9.6. Manter durante a vigência do contrato as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;
- 9.7. Fornecer as notas fiscais discriminando os produtos entregues;
- 9.8. Apresentar relatório de fornecimento quando solicitado;
- 9.9. Entregar os OBJETOS adjudicados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da comunicação da respectiva Nota de Empenho;
- 9.10. O atraso, não justificado, na entrega dos OBJETOS considerar-se-á como infração contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 10.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;
- 10.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do contrato;
- 10.3. Verificar no ato da entrega dos OBJETOS o estado geral dos mesmos;
- 10.4. Notificar o FORNECEDOR caso se verifique alguma irregularidade que diga respeito ao presente instrumento.
- 10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- 10.6. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 10.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- 10.8. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- 10.9. A Contratante poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O contrato será gerido pela Gerência de Infraestrutura de TI, podendo ser nomeado um servidor específico para fiscalizar a execução do objeto registrado e as condições de habilitação do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
 - 12.1.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da empresa, estabelecendo o prazo de 5(cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
 - 12.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e/ou por descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste edital, até o máximo de 10%(dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
 - 12.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, recolhida no prazo de 15(quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 12.2. Ficará impedida de licitar e de empenhar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5(cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
 - 12.2.1. Recusar a Nota de Empenho da Despesa;
 - 12.2.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
 - 12.2.3. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
 - 12.2.4. Não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado;
 - 12.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.2.6. Cometer fraude fiscal.
- 12.3. As sanções previstas nos subitens 12.1.1 e 12.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

as dos subitens 12.1.2 e 12.1.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

12.4. O atraso injustificado na execução, conforme estipulado no Edital, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a desclassificação da referida empresa.

12.5. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da empresa ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, casos não cumpridos, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.


13.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 06 de DEZEMBRO de 2017.


Sra. Denise Maria Norões Olsen
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE


Sr. Cláudio Fernando Puhl
Sócio Proprietário da Empresa Puhl Informática Ltda-ME
CONTRATADA (CARIMBO/ASSINATURA)

PUHL INFORMATICA LTDA. - ME
CNPJ 10.335.363/0001-31
AV. BRASIL 535 - SALA 104
CENTRO - PALMITOS - SC

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

AQSETIN2017011 - Aquisição de peças para os computadores do Judiciário Cearense

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preço para futuro e eventual fornecimento de peças de reposição para computadores pertencentes ao Poder Judiciário Cearense, todas novas com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a fim de fornecer infraestrutura adequada aos servidores, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL E PARTICIPANTE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE será o único responsável e participante no presente registro de preços.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Quantitativo

Lote	Demanda Prevista	Quantitativo a ser Contratado	Serviço/Bem
01	Filtro de Linha	10	Aprimorar e modernizar os computadores do Poder Judiciário Cearense, que estão com seus prazos de garantia expirados, com peças novas e de primeiro uso, observado o anexo I - Especificações Técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
02	Mouse	100	
03	Disco Rígido	110	
04	Placa de Vídeo	70	
05	Pente de Memória	90	

3.2. Motivação

3.2.1. Atualmente o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE possui ativos 7.061 (sete mil e sessenta e um) microcomputadores, 547 (quinhentos e quarenta e sete) notebooks e 40 (quarenta) *workstations* responsáveis por garantir a prestação jurisdicional e as atividades administrativas do Judiciário Cearense, através da utilização dos sistemas de gestão integrada dos processos judiciais e a manipulação de peças processuais em meio digital, totalizando 7.648 (sete mil, seiscentos e quarenta e oito) máquinas.

3.2.2. Dentre os supracitados equipamentos, vale ressaltar que cerca de 73,17% (setenta e três vírgula dezessete) estão com seus respectivos prazos de garantia expirados, conforme demonstra planilha abaixo.

Equipamento	Contrato	Marca/Modelo	Fim da Garantia	Quantidade
Microcomputador	Nº 42/2008	Lenovo/M57P (6078)	08/10/2011	1.778
	Nº 86/2008	Itautec/Infoway ST4261	01/10/2012	1110
	Nº 92/2009	Lenovo/6234-ET1	21/10/2013	727
	Nº 24/2012	Lenovo/3209-CE1	14/01/2016	915
	Nº 44/2012	Itautec/Infoway ST 4265	19/03/2017	499



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	Nº 36/2013	Positivo/Master D540	10/08/2018	1.136
	Nº 44/2014	Positivo/Master D480	03/07/2019	896
	Subtotal			7.061
Notebook	Nº 39/2013	Lenovo/T430	07/01/2018	20
	Nº 19/2013		08/10/2017	200
	Nº 16/2011	Lenovo/T410 (2522EF8)	04/10/2015	286
	Nº 35/2008	Lenovo/T61	12/06/2012	41
	Subtotal			547
Workstation	Nº 31/2011	Dell/T3500	22/11/2014	40
	Subtotal			40
TOTAL				7.648

3.2.3. Não é despropositado afirmar que boa parte da operação das atividades administrativas e dos processos judiciais desta Egrégia Corte opera por intermédio dessas ferramentas.

3.2.4. Com a grande quantidade de computadores sem garantia contratual e o desgaste natural de suas peças em decorrência do uso, que tende a ser progressivo ao longo do tempo, torna-se imprescindível a aquisição de novas peças para manter e atualizar os computadores existentes no parque computacional das unidades do Poder Judiciário Cearense, uma vez que os serviços jurisdicionais é um dos atributos principais a ser levado em consideração, tendo em vista que a interrupção da prestação desses serviços causaria grandes transtornos à sociedade.

3.2.5. A necessidade de aquisição de peças para os computadores reside na necessidade de promover a atualização tecnológica e na manutenção do quantitativo de equipamentos de informática, conforme a prospecção realizada pelo TJCE. Desta forma, disponibilizando aos servidores uma infraestrutura tecnológica compatível com as atividades por estes desempenhados no atendimento ao público interno e externo e nos controles judiciais, de modo que seus processos e sistemas possam ser operados com níveis de produtividade, qualidade de serviço e segurança adequados, com a determinada mobilidade tecnológica.

3.3. Resultados a serem Alcançados com a Contratação

3.3.1. Considerando a imensa importância do uso de computadores no Poder Judiciário, essa solução busca diminuir os riscos de paralisação ou redução da continuidade das atividades administrativas e judiciais, propiciar condições ideais do parque computacional existente, por meio de adição de peças;

3.3.2. Evolução qualitativa do parque computacional do TJCE através do aprimoramento dos componentes eletrônicos, melhorando as funcionalidades e reduzindo assim manutenções corretivas, lentidão e demais problemas alusivos a máquinas inoperantes;

3.3.3. Aumentar a eficiência dos trabalhos a serem executados pelos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, permitindo aos mesmos o poder de concluir seus trabalhos e inserir informações em documentos nos sistemas administrativos e judiciais, observando os princípios da economicidade, efetividade, tempestividade, entre outros;

3.3.4. Prover tecnologia avançada aos computadores do TJCE, os quais têm um poder de processamento maior;

3.3.5. Reduzir os riscos de indisponibilidade, perda ou corrupção de dados e danos as peças de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

hardware, melhorando sensivelmente os índices de disponibilidade dos equipamentos, garantindo o atendimento ao público na prestação do serviço jurisdicional.

3.4. Levantamento das alternativas

Solução 01 – Aquisição de peças de informática			
Entidade	Prefeitura Municipal de Amambai (Ata de Registro de Preços Nº 061/2017) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (Pregão Eletrônico Nº 12/2017) / Instituto de Física da Universidade de São Paulo / Fundação Marimbeta (Ata de Registro de Preços Nº 08/2017 – IFUSP).		
Descrição	Aquisição de 15 (quinze) filtros de linha, 80 (oitenta) mouses, 110 (cento e dez) HDs internos para notebook, 70 (setenta) placas de vídeo e 80 (oitenta) pentes de memória RAM, com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses.		
Fornecedor	Universe Comércio Ltda ME. / Israel Nantes Vieira Júnior Dauzacker MEI / Lindavalva Martins dos Santos & Cia Ltda ME / Cliqtec Informática Eirelli - EPP	Valor	R\$ 72.816,40

3.5. Alinhamento estratégico

3.5.1. Relativamente ao alinhamento com objetivos estratégicos do TJCE, a presente proposição norteia-se pelos objetivos estratégicos de melhorar a gestão da informação e infraestrutura de TI. Faz-se ainda imbuir no movimento de evolução do modelo de TIC do TJCE e alinha-se às melhores práticas de governança de TI ao adotar critérios, métricas e controles mais rigorosos de mensuração dos serviços prestados.

ID	Objetivo Estratégico do Requisitante	ID	Necessidades Elencadas no PETI
01	Aprimorar o atendimento de TIC	01	Prover novos serviços/melhorias nos serviços existentes para os usuários.
		02	Alinhar as pessoas às demandas de prestação de serviços.
02	Índice mínimo de disponibilidade de sistemas administrativos e judiciais	01	Facilitar o acesso de serviços disponibilizados pelo TJCE.
		02	Melhorar a produtividade.
		03	Garantir a infraestrutura de TIC adequada.
		04	Buscar a modernização contínua.

3.6 Justificativa da Solução Escolhida

3.6.1. Com o objetivo de facilitar a especificação de requisitos, foi feito um levantamento de soluções disponíveis e apurou-se que a única opção que atende ao objeto deste Termo de Referência da melhor forma é a aquisição de peças para os microcomputadores do TJCE, uma vez que no mercado nacional, não há empresa especializada em locação de peças para computadores, considerando estes serem produtos com baixo valor para aquisição.

3.6.2. Com a aquisição, as peças adquiridas contribuirão para que os computadores do TJCE continuem operando em níveis satisfatórios após o término da garantia técnica, pois as mesmas ficarão em posse definitiva e serão utilizadas até o fim de sua vida útil.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.6.3. Além do melhor aproveitamento dos recursos, a aquisição está relacionada à consecução de objetivos, sendo um deles manter o parque computacional do TJCE em níveis de produção satisfatórios, com equipamentos capazes de desempenharem as tarefas de forma eficaz.

3.6.4. Considerando que a atividade jurisdicional cearense é uma responsabilidade inafastável desta Egrégia Corte e que os equipamentos de informática se tornaram ferramentas essenciais para este trabalho, resta claro que o TJCE necessita disponibilizar a infraestrutura tecnológica adequada e compatível com as demandas e atividades desempenhadas no Órgão, de modo que os funcionários possam desempenhar suas atividades finalísticas da melhor forma possível.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderá participar da licitação qualquer interessado que atenda as exigências técnicas deste Termo de Referência e cumpram os requisitos de habilitação especificados no Edital da Licitação.

4.2. Demais informações e esclarecimentos acerca da licitação deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, formalizados pelos meios indicados no Edital do Certame.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1. Para efeitos de comprovação da qualificação técnica, o participante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, expedido em nome da empresa licitante, em original ou cópia autenticada, firmado em papel timbrado do emitente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho em fornecimentos similares equivalentes a, no mínimo, 10% (dez por cento) do quantitativo dos itens objeto deste Termo de Referência;

5.1.1. O atestado, devidamente datado e assinado, deverá ser emitido em papel timbrado do emitente, devendo conter o nome do representante legal, cargo/função, telefone e/ou e-mail da pessoa jurídica;

5.1.2. Caso o atestado não especifique os quantitativos do fornecimento, este deverá ser apresentado acompanhado das respectivas notas fiscais.

5.1.3. Para efeito de aferição do percentual estipulado, serão aceitos os somatórios de atestados de capacidade técnica expedidos em nome da empresa licitante.

5.2. Para efeitos de comprovação da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:
a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.3. O Tribunal de Justiça se reserva o direito de realizar diligências, a fim de elucidar quaisquer dúvidas acerca da capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, nos termos do art. 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6. DAS AQUISIÇÕES DOS PRODUTOS REGISTRADOS

6.1. O(s) produto(s) registrado(s), respeitados os termos consignados na legislação e no presente Termo de Referência, será(ão) adquirido(s) segundo conveniência para o Tribunal de Justiça;

6.2. O instrumento contratual será substituído pela nota de empenho ou instrumento equivalente emitido em favor da beneficiária da Ata de Registro de Preços para todos os efeitos, de acordo com o § 4º, do art. 62, da Lei Federal nº 8.666/1993;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 6.2.1. O presente Termo de Referência e a proposta de preços serão partes integrantes da contratação;
- 6.2.2. Na emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pela fornecedora durante todo o período da contratação;
- 6.2.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Termo de Referência, ou recusar-se a receber o instrumento equivalente de contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo(a) pregoeiro(a), desde que respeitada a ordem de classificação, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, firmar a contratação.
- 6.3. O empenho dos valores a serem utilizados no pagamento do(s) fornecedor(es), poderão ser ordinários ou por estimativa, sendo que, em ambos os casos, será encaminhada uma cópia da respectiva nota de empenho ao fornecedor para conhecimento;
- 6.4. O empenho ordinário será realizado quando, durante o prazo de validade da ata de registro de preços, o Tribunal de Justiça puder determinar a quantidade exata de materiais/produtos que se pretende adquirir em dado momento;
- 6.5. O empenho por estimativa será realizado quando, durante a validade da ata de registro de preços, o Tribunal de Justiça não puder definir a quantidade exata de materiais/produtos que se pretende adquirir em determinado período de tempo. Neste caso, a nota de empenho será emitida previamente e encaminhada para conhecimento do fornecedor, sendo que as entregas dos materiais/produtos deverão ser realizadas de acordo com as ordens de fornecimento emitidas posteriormente;
- 6.6. O(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) será(ão) feito(s) segundo as informações contidas na(s) ordem(ns) de fornecimento, a(s) qual(is) indicará(ão) a descrição do material, quantidades, marcas oferecidas de acordo com a proposta de preços aprovada, endereços de entrega, prazos de entrega, bem como quaisquer outras informações operacionais que se façam necessárias para a entrega do(s) produto(s) no(s) prazo(s) estipulado(s);
- 6.7. A(s) ordem(ns) de fornecimento e a(s) nota(s) de empenho respeitará(ão) a(s) quantidade(s) mínima(s) estabelecida(s) nos anexos deste Termo de Referência e será(ão) encaminhada(s) ao(s) fornecedor(es) via e-mail, ou, em casos excepcionais, por correios.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1.1. Aquisição de peças para os computadores pertencentes ao Poder Judiciário Cearense, todas novas com garantia de troca por peças novas, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, com o objetivo de fornecer infraestrutura adequada ao Poder Judiciário Cearense.

8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Considerações Gerais

8.1.1. Esta solução atenderá aos servidores do Poder Judiciário Cearense que utilizam computadores que não possuem garantia contratual e necessitam de melhor desempenho de *hardware*.

8.2. Requisitos da Solução

8.2.1. Garantia

8.2.1.1. A solução deverá contemplar a garantia por peças novas, compreendendo os defeitos



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

meses, a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo de cada item;

8.2.1.2. O recolhimento das peças que apresentarem defeito, bem como, a entrega das novas deverá ocorrer no setor de Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará situado no endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéa CEP: 60.822-325 – Fone: (85) 3207 – 7512/7486, considerando o horário de expediente do órgão, das 08:00 às 18:00 horas;

8.2.1.3. Os chamados técnicos deverão ser abertos e registrados diretamente com o Fornecedor e gerenciados pelo mesmo através de número telefônico 0800 ou equivalente à ligação gratuita e/ou e-mail e/ou web site, fornecendo neste momento o número, data e hora de abertura do chamado;

8.2.1.4. Durante o período de garantia, o fornecedor, após comprovado o defeito, deverá substituir a peça por outra nova com características técnicas iguais ou superiores sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante. Esta substituição deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da abertura do chamado;

8.2.1.5. Somente será permitida a substituição do produto defeituoso por outro idêntico ou de superior configuração, e deverão ser novos (não utilizados ou reconicionados);

8.2.1.6. O Fornecedor deverá arcar com os custos do deslocamento do envio da(s) peça(s) de substituição;

8.2.2. Requisito Temporal

8.2.2.1. A administração pretende disponibilizar a solução de TI a partir de janeiro de 2018.

8.2.3. Requisito Cultural e Ambiental

8.2.3.1. Toda documentação técnica necessária à instalação e operação do objeto licitado deve estar redigida em língua portuguesa do Brasil, podendo ser em meio físico ou digital;

8.2.3.2. Todo objeto licitado deverá vir acondicionado em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

9. MODELO DE FORNECIMENTO DE BENS

9.1. Justificativa para Parcelamento do Objeto

Item	Forma de Parcelamento	Justificativa
Aquisição de peças para os computadores do Poder Judiciário Cearense.	Todos os itens serão licitados através de lotes distintos.	Após pesquisa mercadológica, percebeu-se que nem todos os fornecedores conseguem entregar todos os equipamentos para a solução requerida. Portanto, é necessário que esta solução seja licitada por item especificado. Dessa forma, sem perda da integração e das funcionalidades, contempla-se o parcelamento do objeto por lotes para ampliação da competitividade entre licitantes, prezando pela economicidade, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Metodologia de Trabalho

ID	Bem/Serviço/Item	Forma de Execução/Fornecimento	Justificativa
----	------------------	--------------------------------	---------------



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

01	Todos os itens licitados devem possuir garantia de peças novas pelo período mínimo de 12 (doze) meses.	Sob demanda, tendo seu fornecimento vinculado a emissão de uma Ordem de Fornecimento, onde serão informados todas as informações referentes às peças.	Conforme praticado no mercado e ao que melhor atende ao TJCE.
----	--	---	---

10. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Deveres e Responsabilidades do TJCE

10.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

10.1.3. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

10.1.4. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

10.1.5. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

10.1.6. A Contratante poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas.

10.2. Deveres e Responsabilidades do Fornecedor

10.2.1. Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da Contratante;

10.2.2. Apresentar relatório de fornecimento quando solicitado;

10.2.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado à Contratante, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, não cabendo à Contratante, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

10.2.4. Manter durante a vigência da garantia as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

10.2.5. A Contratada deverá indicar um responsável na qualidade de proposto, para representá-la durante o período de garantia, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;

10.2.6. Fornecer as notas fiscais discriminando os produtos entregues.

10.3. Metodologia de Avaliação da Qualidade

ID	Etapas/Fase	Método de Avaliação
01	Do início do	Através de Ordem de Fornecimento e acompanhamento da execução do



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	Fornecimento dos bens.	objeto conforme especificações definidas no anexo I – Especificações Técnicas deste Termo de Referência.
2	Do envio e Avaliação da amostra	<p>Ao final da etapa de lances, a licitante classificada em 1º lugar deverá enviar para avaliação técnica, no mínimo, 02 (duas) unidades do objeto licitado que deverão ser entregues no Centro de Documentação e Informática - CDI do Tribunal de Justiça do Ceará situado no endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéba CEP: 60.822-325 – Fone: (85) 3207 – 7000, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação para procedimento de amostra;</p> <p>Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, a licitante poderá, uma única vez e respeitando às especificações constantes na proposta apresentada, substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado;</p> <p>A amostra fornecida será analisada e caso não seja aprovada, a licitante será desclassificada, por conseguinte será solicitado o envio do objeto licitado à próxima licitante classificada, obedecendo a ordem de classificação;</p> <p>A amostra deverá ser apresentada acompanhada dos respectivos documentos e prospectos do objeto licitado;</p> <p>O objeto licitado apresentado como amostra poderá ser manuseado e instalado, estando disponíveis para recolhimento pelo licitante ao final da avaliação técnica;</p> <p>Após a liberação das amostras, os licitantes terão o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, para, sob suas expensas, providenciar seu recolhimento, sob pena de incorporação das mesmas aos estoques do Tribunal de Justiça ou doação a uma instituição de caridade;</p> <p>Os testes com as amostras deverão ser realizados, de forma a mostrar o atendimento a todos os requisitos solicitados neste documento;</p> <p>Durante a análise da amostra, que será acompanhada por uma equipe técnica da Coordenadoria de Gestão de Serviço e um técnico do 2º nível da Central de Atendimento de Tecnologia da Informação (CATI) do TJCE, poderá haver conexão do produto com vários computadores de modelos distintos;</p> <p>A amostra que apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica poderá ser substituída por no máximo 01 (uma) peça de acordo com as mesmas especificações determinadas na proposta da licitante;</p> <p>Caso a amostra não atenda ou apresente divergência em relação a algum item da especificação constante no anexo I – Especificações Técnicas deste documento ou na proposta, será reprovada;</p> <p>A licitante que não encaminhar a amostra no prazo estabelecido terá sua cotação desconsiderada para efeito de julgamento.</p>
03	Da entrega do objeto	<p>O Fornecedor deverá efetuar a entrega do objeto licitado, solicitados através de Ordens de Fornecimento, no setor de Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará situado no endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéba CEP: 60.822-325 – Fone: (85) 3207 – 7512/7486, no prazo máximo determinado abaixo, considerando o horário de expediente do órgão, das 08:00 às 18:00 horas;</p> <p>O prazo de entrega será em até 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota de empenho pelo Fornecedor, ficando seu descumprimento sujeito às penalidades legais;</p> <p>O prazo de entrega supracitado poderá ser prorrogado, pelo mesmo período, em função de motivo devidamente justificado e aceito pelo Contratante;</p> <p>As peças devem ser novas e de primeiro uso, estar em plena produção,</p>



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

		<p>bem como, devem estar devidamente acondicionadas em suas respectivas embalagens de fábrica;</p> <p>O Fornecedor se responsabiliza pela entrega, incluindo o transporte dos produtos, e por todas as despesas relativas ao fornecimento incluindo frete, seguro, tributos, avarias, reparos e substituição de produtos;</p> <p>O TJCE não se responsabiliza por objetos cujas integridades físicas sejam comprometidas devido a possíveis condições de transporte inadequadas;</p> <p>As pessoas, a serviço do Fornecedor, deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento corporativo obrigatoriamente com calça longa;</p> <p>O objeto será recebido pela Comissão Técnica de Recebimento de Bens, constituída pelo TJCE da seguinte forma:</p> <p>Provisoriamente, no ato de entrega do objeto licitado, conforme anexo II – Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos objetos, com ênfase na integridade física e quantitativo;</p> <p>Após o recebimento provisório, caso seja constatada alguma irregularidade no produto entregue tanto de vício/defeito de fabricação quanto na quantidade entregue, o Fornecedor será notificado para, em 05 (cinco) dias da entrega do material, sanar as pendências apontadas, independentemente da incidência da multa prevista para o caso específico;</p> <p>Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório, conforme anexo III – Termo de Recebimento Definitivo. O recebimento definitivo consiste na verificação do bom funcionamento do objeto licitado, inclusive com a adequação das peças às exigências das especificações deste documento e da proposta do Fornecedor e eventuais ajustes que tenham sido solicitados no Termo de Recebimento Provisório.</p> <p>A Contratada deverá comunicar os órgãos participantes e aderentes, com 24h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega do objeto desta licitação, por escrito e através do telefone.</p>
04	Do aceite	<p>Após a entrega, os objetos licitados serão submetidos à avaliação pelos responsáveis técnicos/comissão do Tribunal de Justiça do Ceará;</p> <p>Os objetos licitados deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados ou arranhões;</p> <p>O exame para comprovação das características técnicas consistirá em avaliações e testes não destrutivos, realizados em duas etapas:</p> <p>Primeira: inspeção visual (interna e externa) do produto;</p> <p>Segunda: testes funcionais de configuração e desempenho e compatibilidade em hardware e software em, no mínimo, 10% (dez por cento) dos produtos recebidos;</p> <p>Os produtos licitados estarão passíveis de recusa quando:</p> <p>Apresentarem especificações técnicas diferentes das estabelecidas no anexo I – Especificações Técnicas;</p> <p>Apresentarem incompatibilidade técnica com o ambiente de hardware a serem instalados;</p> <p>Caso forem detectados quaisquer defeitos no momento da realização dos testes de padrão e análise designada pelo TJCE.</p> <p>As especificações serão avaliadas também por meio de documentos técnicos que acompanham os produtos, informações fornecidas pelo Fornecedor e disponível no site do fabricante;</p> <p>O Fornecedor deverá substituir os materiais recusados de acordo com os itens acima, sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da notificação, independentemente da aplicação das</p>



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

		penalidades cabíveis. Após este prazo, caso permaneçam os problemas, o objeto será considerado "não aceito" e serão aplicadas as penalidades devidas.
--	--	---

10.4. Níveis de Serviço

ID	Etapa/Fase/Item	Indicador	Valor Máximo Aceitável
01	Solução de chamados	Dias	10 (cinco) dias corridos, contados a partir da abertura do chamado.

10.5. Estimativa do Volume de Bens/Serviço

Lote	Bem/Serviço	Estimativa	Forma de Estimativa
01	Filtro de Linha	10 unidades	Necessidade levantada pela Gerência de Infraestrutura de TI do TJCE, levando em consideração a melhoria contínua da infraestrutura de TI.
02	Mouse	100 unidades	
03	Disco Rígido	110 unidades	
04	Placa de Vídeo	70 unidades	
05	Pente de Memória	90 unidades	

10.6. Prazos e Condições

ID	Etapa/Fase/Item	Prazo / Condição
01	Da entrega dos produtos.	Em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.
02	Abertura de chamados.	Serão realizados no horário de 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.
03	Prazo de solução dos chamados.	Até 05 (cinco) dias corridos após a abertura do chamado.
04	Período de garantia.	Período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos itens.
05	Da emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.	O objeto do Contrato será recebido provisoriamente no ato da entrega dos produtos e definitivamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da Emissão do Termo de Recebimento Provisório. Todas as peças devem estar de acordo com as características técnicas descritas no anexo I - Especificações Técnicas .

10.7. Aceite, Alteração e Cancelamento

10.7.1. Condições de Aceite

10.7.1.1. Conforme item 10.3 Metodologia de Avaliação da Qualidade.

10.7.2. Condições de Alteração

10.7.2.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser revistos, obedecendo aos parâmetros constantes nos artigos 16, 17 e 18, da Resolução nº 02/2015 de 06 de março de 2015, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

10.7.2.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TJCE (órgão gerenciador) deverá:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.7.2.2.1. Convocar o Fornecedor visando à negociação para redução de preços e à sua adequação aos praticados pelo mercado;

10.7.2.2.2. Frustrada a negociação, o Fornecedor será liberado do compromisso assumido;

10.7.2.2.3. Convocar os demais Fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

10.7.2.3. Quando o preço de mercado, por motivo superveniente, tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o T JCE (órgão gerenciador) poderá:

10.7.2.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e desde que o requerimento ocorra antes da ordem de compra;

10.7.2.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.7.2.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o T JCE deverá proceder ao cancelamento do bem ou da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.7.3. Condições de Cancelamento

10.7.3.1. O Fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando:

10.7.3.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.7.3.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.7.3.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.7.3.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas;

10.7.3.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

10.7.3.1.6. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do Art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

10.7.3.1.7. For impedido de licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.8. Condições para Pagamento

10.8.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário preferencialmente nas agências do BANCO BRADESCO S/A, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto constante de cada uma das Ordens de Fornecimento de Bens pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante apresentação de fatura/nota fiscal, atestada pelo setor competente deste Tribunal de Justiça, e também de apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS e INSS e débitos trabalhistas;

10.8.2. Constada a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

10.8.3. O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;

10.8.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.8.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada ao Fornecedor a ampla defesa;

10.8.6. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da ARP, caso o fornecedor não regularize sua situação;

10.8.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão, não será recolhido a ARP em execução com empresa ou profissional inadimplente em sua regularidade fiscal e trabalhista. Não será efetuado qualquer pagamento à Fornecedor, em caso de descumprimento das condições de habilitações e qualificações exigidas na licitação;

10.8.8. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas conforme a nota de empenho;

10.8.9. O Tribunal de Justiça do Ceará reserva-se o direito de recusar o pagamento, caso o objeto não esteja em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

10.8.10. Nas notas fiscais/faturas deverão estar discriminados os valores dos tributos devidos, quais sejam;

10.8.11. O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste de Termo de Referência;

10.9. Garantia

10.9.1. O Fornecedor se obriga a corrigir quaisquer falhas nos produtos entregues pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo de cada item.

10.10. Propriedade, Sigilo, Restrições

ID	Direito de Propriedade
01	a) O direito de posse e propriedade de todos os artefatos elaborados pelo TJCE em decorrência da aquisição é do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.
	b) Toda a documentação produzida pelo Fornecedor referente a aquisição das peças e documentos exigidos neste termo de referência passam a ser propriedade de forma perpétua do TJCE, não precisando este Tribunal de autorização do Fornecedor para reproduzir, distribuir e publicar em documentos públicos ou fornecer a terceiros quando a administração considerar necessário.
02	Condição de Manutenção de Sigilo
	a) Todas as informações obtidas ou extraídas pelo fornecedor quando da execução dos serviços



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo o Fornecedor, zelar por si, por seus sócios e empregados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados.
Restrições Adicionais	
03	a) Para efeito do cumprimento das condições de propriedade e confidencialidade estabelecidas, o TJCE exigirá do Fornecedor a assinatura do anexo V – Termo de Compromisso , bem como a assinatura do anexo VI – Termo de Ciência , onde o signatário declara-se, sob as penas da lei, ciente das obrigações assumidas e solidário no fiel cumprimento das mesmas.

10.11. Mecanismos Formais de Comunicação

Id	Função de Comunicação	Emissor	Destinatário	Forma de Comunicação	Periodicidade
01	Ordem de Fornecimento	SETIN - TJCE	Fornecedor	Emissão da Ordem de Fornecimento.	Quando demandado pela SETIN-TJCE
02	Abertura de chamados de garantia	Coordenadoria de Gestão de Serviço / SETIN-TJCE	Fornecedor	E-mail e/ou site e/ou número telefônico.	Sempre que se fizer necessário
03	Falha no atendimento	Assessoria Jurídica - TJCE	Fornecedor	Comunicação formal.	Quando demandado pela SETIN-TJCE
04	Troca de informações técnicas	SETIN - TJCE	Fornecedor	Através de relatórios, documentos de texto, planilhas, slides, e-mail, PDF (<i>Portable Document Format</i>) e/ou através de reuniões presenciais ou por meio de videoconferências.	Quando se fizer necessário
05	Emissão da Nota de Empenho	Secretaria de Finanças - TJCE	Fornecedor	Através de telefone, e-mail, ou outro.	Quando necessário
06	Comunicações oficiais	Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios - TJCE	Fornecedor	Ofício por correspondência	Quando necessário

11. ESTIMATIVA DE PREÇO

Lote	Bem / Serviço	Unid. de Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Estimado
01	Filtro de Linha	Unidade	10	R\$ 32,28	R\$ 322,80
02	Mouse	Unidade	100	R\$ 21,40	R\$ 2.140,00
03	Disco Rígido	Unidade	110	R\$ 348,63	R\$ 38.349,30
04	Placa de Vídeo	Unidade	70	R\$ 216,93	R\$ 15.185,10
05	Pente de Memória	Unidade	90	R\$ 186,88	R\$ 16.819,20



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TOTAL	R\$ 72.816,40
-------	---------------

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ID	Fonte	Grau	Ação	Natureza da solução
01	FERMOJU – Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	2º Grau	18465	Aquisição
02	VALOR			** Erro na expressão **

13. Sanções Aplicáveis

13.1. Regras para Aplicação de Multas e Sanções

13.1.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.1.1.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da empresa, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

13.1.1.2. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e/ou por descumprimento das obrigações parciais estabelecidas neste edital, até o máximo de 10%(dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

13.1.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto, recolhida no prazo de 15(quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

13.1.2. Ficará impedida de licitar e de empenhar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

13.1.2.1. Recusar a Nota de Empenho da Despesa;

13.1.2.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

13.1.2.3. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

13.1.2.4. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado;

13.1.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.2.6. Cometer fraude fiscal.

13.1.3. As sanções previstas nos subitens 13.1.1 e 13.1.2 deste item poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 13.1.1.2 e 13.1.1.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

13.1.3.1. O atraso injustificado na execução, conforme estipulado no Edital, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a desclassificação da referida empresa.

13.1.3.2. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da empresa ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, casos não cumpridos, serão cobrados judicialmente.

13.1.3.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, cabendo ao órgão que aplicou a Penalidade inseri-las no sistema do comprasnet.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Proposta Técnica / de Preço

14.1.4. Preço unitário, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos e por extenso, sendo que, em caso de divergência entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos;

14.1.2. Não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

14.1.3. Deve fazer menção ao número do pregão e do processo licitatório;

14.1.4. Deve ser datada e assinada na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da empresa;

14.1.5. Deve conter o número do CNPJ da empresa;

14.1.6. Deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma;

14.1.7. Deverá conter a descrição detalhada do bem, tais como: somente uma única marca, modelo, características do objeto, procedência e demais dados que a licitante julgar necessário;

14.1.8. Indicação do nome do banco, número da agência, número da conta-corrente, para fins de recebimento dos pagamentos.

14.1.9. Deverá conter nome da empresa, razão social ou denominação social, endereço completo, número de telefone e e-mail atualizados para facilitar possíveis contatos.

14.1.10. Deverá informar os valores unitários e totais para cada item ofertado;

14.1.11. Deverá informar Garantia de todos os itens da solução, a contar da data de recebimento definitivo dos bens pelo TJCE;

14.1.12. Informar que a entrega dos suprimentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento por parte do Fornecedor, da nota de empenho emitida pelo TJCE;

14.1.13. Informar que o Prazo para resolução dos chamados será de até 05 (cinco) dias a contar da abertura do chamado;

14.1.14. O modelo oficial a ser utilizado pelas licitantes para a formação de preço deve ser o determinado no **Anexo IV – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14.2. Critérios de Seleção

14.2.1. Caracterização da Solução

14.2.1.1. Aquisição de peças para os computadores pertencentes ao Poder Judiciário Cearense, com garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses, conforme **anexo I – Especificações Técnicas** e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.2.2. Tipo de Licitação

14.2.2.1. A licitação será do tipo menor preço global. Os valores máximos aceitáveis, tanto unitários quanto global, estão descritos no **item 11 – Estimativa de Preço** deste documento.

14.2.3. Modalidade de Licitação

14.2.3.1. A modalidade de licitação deve ser o Pregão na forma eletrônica, considerando se tratar de aquisição de bens comuns nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Art. 1º, mediante o Sistema de Registro de Preços, por ser mais conveniente a aquisição de bens.

14.2.4. Critérios de Habilitação

14.2.4.1. A não apresentação de qualquer do documento indicado no item 5. Da qualificação Técnica e Econômico-Financeira, implicará na inabilitação do licitante;

14.2.4.2. Não será admitida a participação de dois ou mais Licitantes em regime de consórcio.

14.2.5. Critérios de Julgamento

14.2.5.1. Será considerado vencedora aquela Licitante que apresentar o menor Valor Global para o objeto da contratação;

14.2.5.2. A Licitante deverá apresentar proposta de preço. Os preços deverão ser expressos em reais (R\$) com duas casas decimais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação. Ou seja, a Planilha de Formação de Preços deverá ser preenchida com os preços cotados para o serviço.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços será gerida pela Gerência de Infraestrutura de TI podendo ser nomeado um servidor específico para fiscalizar a execução do objeto registrado e as condições de habilitação do fornecedor.

15.2. O instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente emitido(a) em favor da beneficiária da Ata de Registro de Preços para todos os efeitos, de acordo com o § 4º do art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

16. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada a vantagem, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que cumpridas todas as exigências previstas na Resolução TJCE nº 02, de 06 de março de 2015.

16.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, observando-se, ainda, as seguintes condições:

16.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

16.4. As aquisições/contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

16.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

16.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata;

16.7. Compete ao órgão não participante atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17. DO PRAZO DE VALIDADE E DO REAJUSTE DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12(doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Nesse período os preços serão fixos e irrevogáveis.

Equipe de Planejamento da Contratação

Glauber Lopes Rodrigues – 9578
Integrante Técnico

Francisco José Pessoa
Furtado – 8284
Integrante Administrativo

Francisco Tiago Dias Pinto – 9551
Integrante Requisitante

Stela Carmen Ferreira Lustosa –
935
Área Requisitante da Solução

Cristiano Henrique Lima de
Carvalho – 5198
Área de Tecnologia da
Informação

18. APROVAÇÕES

Aprovo. Encaminha-se à Comissão Permanente de Licitação para iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autoridade Competente

Denise Maria Norões Olsen – 24667
Secretária de Tecnologia da Informação
Gestora do Contrato

Fortaleza, 25 de outubro de 2017